

# Liberdade de Gênero, programa do GNT, e a instauração de novos processos de subjetivação ligados à transgeneridade

## Liberdade de Gênero, GNT's TV Show, and the establishment of new processes of subjectivation linked to transgenerity

Diego Gouveia Moreira<sup>1</sup>  
dgmguveia@gmail.com

### RESUMO

A televisão opera como um dispositivo (Foucault, 2001), sendo responsável pelo estabelecimento de processos de subjetivação que determinam modos de interpretar a realidade. Um tema que tem ganhado novas abordagens em programas televisivos e, assim, vem contribuindo para novos entendimentos é o da transgeneridade. O *Liberdade de Gênero* (2016-2017), uma dessas iniciativas, constituiu uma série documental do GNT com foco em pessoas trans. O objetivo deste artigo é estudar como as enunciações do programa configuram um acontecimento discursivo que contribuiu para constituição de novas subjetivações em torno das questões de gênero. A partir de teorias sobre discurso e subjetivação, considera-se que o programa avança no tratamento dado pela televisão a pessoas transgêneras, contribuindo para novas formas de se entender o assunto.

**Palavras-chave:** televisão; transgeneridade; subjetivação.

### ABSTRACT

Television operates as a device (Foucault, 2001), being responsible for the establishment of subjectivation processes that determine ways of interpreting reality. A theme that has gained new approaches in television programs and, thus, has contributed to new understandings is transgenerity. *Liberdade de Gênero* (2016-2017), one of these initiatives, constituted a GNT documentary series focusing on trans people. The purpose of this paper is to study how the program's statements make up a discursive event that contributed to the constitution of new subjectivations around gender issues. Based on theories on discourse and subjectivation, it is considered that the program advances in the treatment given by television to transgender people, contributing to new ways of understanding the subject.

**Keywords:** television; transgenerity; subjectivation.

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária, Recife/PE.

## Introdução

“**D**eixa eu bagunçar você, deixa eu bagunçar você”, repete a música *Zero*, de Liniker, na abertura do *Liberdade de Gênero*, série documental exibida pelo canal de TV paga GNT em 2016 e 2017. A canção-tema é acompanhada por diversas cenas de pessoas transgêneras no seu dia a dia refletidas como se tivessem sido registradas com um caleidoscópio. As imagens, assim, ganham combinações variadas a partir do movimento que é feito na câmera. Nesse jogo de representações, é possível ver peças de roupas, maquiagens, cabelos, rostos e outras partes do corpo registrados, nos 27 segundos, de forma ambígua para que o telespectador fique na dúvida sobre o gênero de quem aparece. É dessa forma que o programa mostra algumas pistas do que vai ser discutido. O nome *Liberdade de Gênero* aparece, por fim, com o primeiro E e o R da palavra gênero trocados, como se fossem uma imagem refletida no espelho, o mesmo utilizado para criar as imagens do caleidoscópio. A marca elucida o propósito do produto: apresentar a questão de gênero a partir da liberdade que as pessoas têm para se identificar com as diversas possibilidades. A brincadeira com as letras nos leva a pensar na chance de performar esse gênero.

A TV já abordou a temática e apresentou documentários, reportagens, especiais jornalísticos sobre o tema, além de pautar a discussão em ficções e em programas de auditório e entrevistas, mas *Liberdade de Gênero* constitui a primeira experiência da televisão nacional em que pessoas transgêneras são protagonistas em um programa seriado.

E essa informação é importante dado o alcance desse meio de comunicação. A TV brasileira está presente em 98,2% das casas da população brasileira e recebe a maior parte das verbas publicitárias (Mídia dados, 2018). Quando se fala em TV por assinatura, dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) mostram que, em 2019, havia 15,7 milhões de assinantes (Sacchitiello, 2020). Essas informações revelam o poder que ela tem para pautar a sociedade. Nesse contexto, é válido ressaltar que os canais de televisão são concessões públicas e, como tais, precisam estar alinhadas às diretrizes da Administração Federal. A Constituição Brasileira estabelece que “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (Brasil, 1988). Diante disso, a televisão tem um papel fundamental na educação da população. Ao agendar discussões de temas sociais, tem a chance de estabelecer formas de se entender a realidade

e também determina modos de ser, ver e viver.

Quando o assunto é transgeneridade, um olhar sobre a programação televisiva revela que a questão foi tratada, preferencialmente, a partir da caricaturização na ficção e no humor (Ribeiro, 2010) e da violência nas notícias policiais (Hartmann, 2014; Oliveira, 2018), promovendo entendimentos que não contribuem para garantia de direitos desse grupo social. Os programas policiais, por exemplo, ao se reportarem a travestis em situação de conflito com a lei, exercem uma abordagem mais agressiva e adotam operadores linguísticos e argumentativos pejorativos para enunciar as entrevistadas. Dessa forma, sobressai o caráter desumanizador e intencional para rir das trans. Não se percebia, na programação televisiva, um esforço para avançar no debate social em relação ao assunto.

No entanto, dois fatores potencializam uma reconfiguração no tratamento dado pela TV à questão. O avanço dos movimentos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Questionando, Intersex, Assexuais, Arromânticas, Agêneras, Pansexuais, Polisssexuais e mais (LGBTQIAP+) colaborou para fomentar outras formas de visibilidade na mídia ao lutar por uma representação mais justa de acordo com as pautas de reivindicação do grupo.

Outro fator importante é o interesse de emissoras comerciais em se vender diante do mercado como progressistas, abarcando a responsabilidade social como estratégia de marca para garantia de uma boa aceitação por parte de parceiros e clientes. Os grandes grupos econômicos brasileiros viram, na redemocratização, um cenário propício para legitimar o processo de globalização. Com as leis de mercado acima de qualquer outra, a ideologia do progresso e a ênfase na produtividade e nos bens de consumo ganharam mais espaço. O Grupo Globo integra esse grupo de empresas.

Porém, essa vitória política e econômica passou a ser contestada por grupos sociais descontentes com os posicionamentos das marcas. De olho nesse movimento, as empresas passaram a usar a responsabilidade social (quando as empresas investem em discursos por uma sociedade melhor) como resposta a “um crescente mau-humor de setores organizados da sociedade para com as grandes corporações” (Rocha, 2010, p. 194).

Assim, há, de 2013 até 2020, um movimento para abordar gênero e sexualidade em produtos do Grupo Globo a partir de outras perspectivas, incluindo a educação para o tema e apontamentos sobre direitos LGBTQIAP+. A diretora de responsabilidade social da Rede Globo apontou a transgeneridade como de

interesse da Central Globo de Produção, responsável pelo entretenimento da casa (Azeredo, 2017).

Houve especiais sobre transexualidade nos jornalísticos da Rede Globo: *Profissão Repórter*, em 2014 e 2016; *Globo Repórter*, em 2016; *Fantástico*, com o quadro *Quem sou eu*, em 2017. No entretenimento, *Amor & Sexo* abordou a questão em 2017 e ficções seriadas tematizaram o assunto a partir de 2013 com *Salve Jorge* (2013), *A Força do Querer* (2017), *Malhação* (2018), *Bom Sucesso* (2019), *A Dona do Pedaço* (2019), e *Segunda Chamada* (2019).

Não se quer dizer que há uma representação plenamente adequada. Na TV paga, a questão também apareceu antes em documentários, filmes, como tema de programas, mas o programa do GNT se destaca por colocar as pessoas trans como protagonistas em vários episódios.

Este artigo surgiu, então, a partir de uma inquietação diante do discurso do programa diante da programação televisiva e analisa como as enunciações do *Liberdade de Gênero* constituem um acontecimento discursivo que contribuiu para constituição de novas subjetivações em torno do tema discutido nas edições.

Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico relacionado a discurso e subjetivação e também estudos sobre gênero e sexualidade. As 20 edições da série documental foram acompanhadas, em diários de observação, com decupagem das entrevistas. A pesquisa realizada é qualitativa, uma vez que os programas foram analisados a partir dos dados coletados e descritos nos diários de observação. O trabalho também possui natureza descritiva, uma vez que estes correspondem a diários de campo, utilizados como ferramenta de sistematização dos dados para sua posterior análise. Os diários são compostos pela transcrição das falas dos entrevistados. A partir disso, foram identificadas as recorrências enunciativas do discurso do programa que contribuem para uma ressignificação da questão de gênero na TV. Esses enunciados foram, então, divididos em quatro categorias. Antes, no entanto, é preciso compreender como a televisão produz subjetivações.

## **Liberdade de Gênero: dispositivo produtor de subjetivações**

O *Liberdade de Gênero* foi exibido em duas temporadas. A primeira estreou no dia 19 de outubro de 2016 às 21h30. Foram 10 quartas-feiras, até o dia 21 de dezembro, para contar a história de 18 pessoas que não se identificam com o gênero designado para elas ao nascerem. A segunda temporada, com 20 histórias diferentes, começou no dia 2 de outubro de 2017, agora nas segundas-feiras, com exibição às 22h30, e teve

seu último episódio veiculado no dia 4 de dezembro.

Com direção de João Jardim, o programa, feito com recursos da Agência Nacional do Cinema (Ancine), percorreu diversas regiões do país e abordou o assunto a partir de pessoas de diferentes classes sociais, etnias, profissões, graus de escolarização, embora faça falta o investimento do programa em populações mais vulneráveis, com menos acesso a recursos financeiros e instrução. A ideia era entrar na vida de 38 trans e de suas famílias para, “com discrição e sensibilidade, abordar os temas transexualidade e liberdade de gênero” (GNT, 2016).

Cada episódio tinha entre 21 e 23 minutos de duração e levava o nome dos entrevistados, exceto quando havia mais de dois entrevistados. Na primeira temporada, temos então: Amanda; Leticia, Erick; Não binários (Liniker, Lune, Jesse, Benett); Wallace; Carol e Glamour; Sillvio Lúcio; Márcia, Oliver e Dani, Casais Trans (Anderson e Helena, Patrick e Bárbara). O segundo ano veio com: Luiza; Lara e Luca; Lynn; Nic e Jordhan; Amara Moira; Alicia Kruger; Giowana Cambrone e Athos Souza; Pri Bertucci; Meninos bons de bola (time trans de futebol em que 7 foram entrevistados) e Maite; e, por último, Mel. No site do canal, o programa é descrito assim:

*Em vez do foco na excentricidade que essa minoria desperta, o programa usa afeto como fio condutor da narrativa [...] São relatos de pessoas que mostram força e coragem para se insurgir contra um padrão normativo que os oprime (GNT, 2016).*

Acompanhando iniciativas veiculadas pelos meios de comunicação, o *Liberdade de Gênero* se coloca como um espaço para “[...] tornar familiar o que, em princípio, parece estranho” (GNT, 2016), ou seja, discutir gênero e criar novos entendimentos sobre o tema. Esse propósito faz com que o programa atue como uma tecnologia de gênero conforme Teresa de Lauretis (1994) postula.

Em seus estudos, a autora afirma que diferentes tecnologias sociais produzem o que se entende por gênero. Assim, de acordo com ela, a construção do gênero acontece na mídia, nas escolas, nos tribunais, na família. O interesse da pesquisadora é compreender não apenas o modo pelo qual a representação de gênero é construída na tecnologia, mas também como ela é subjetivamente absorvida por cada pessoa a que se dirige.

*[...] a construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria)*

*com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero (p. 228).*

É importante destacar que o conceito proposto por Laetitia deriva dos postulados de Michel Foucault sobre dispositivo. A tecnologia de gênero opera como um dispositivo, produzindo subjetivações.

De acordo com o filósofo, a regência das atividades da população é realizada a partir da estruturação de dispositivos, ou seja, o governo é exercido a partir de dispositivos. Foucault diz (2001):

*Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (p. 138).*

Há, em Foucault, na conceituação do termo, a ideia de que existe um fim estratégico em funcionamento como matriz de um dispositivo.

Dois filósofos operaram com o conceito foucaultiano de dispositivo e contribuíram para discussões sobre o termo. Gilles Deleuze e Giorgio Agamben trouxeram elucidações importantes para compreensão do pensamento foucaultiano. Deleuze em uma perspectiva mais ampla e Agamben circunscrevendo mais. A partir de análises mais abrangentes da obra de Michel Foucault (não se resumindo a observá-las sob o crivo do poder), Deleuze (1990) afirma que o dispositivo é um conceito operatório multilinear, que está alicerçado em três grandes eixos: saber, poder e subjetivação. O autor afirma que os dispositivos são máquinas de fazer ver e fazer falar.

*É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: a parte da história e a parte do atual. A história é o arquivo, é a configuração do que somos e deixamos de ser; enquanto o atual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando (Deleuze, 1990).*

Com Deleuze, a noção de dispositivo aproxima-se da ideia de modos de existência. “Pertencemos a certos

dispositivos e neles agimos” (Deleuze, 1990). Para Deleuze, os dispositivos engendram formas de viver. Essa noção, como veremos, aproxima-se das ideias de Agamben na compreensão sobre dispositivo.

De acordo com Agamben, Foucault toma o termo para compreender “o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras que se concretizam nas relações de poder” (p. 32). Agamben, a partir do pensamento do filósofo francês, descreve o dispositivo como sendo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (p. 40). O dispositivo seria a operação por meio da qual se administra e se governa o mundo das criaturas, por isso devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito (Agamben, 2009). Nesse ponto, identificamos o eixo que reúne as especificidades das definições de cada um dos filósofos (Foucault, Deleuze e Agamben) para o conceito de dispositivo: processo de subjetivação.

Interligados, os conceitos de subjetividade, sujeito e subjetivação precisam, no entanto, de diferenciação. De acordo com Tedesco (2006), pensar a subjetividade é falar “de um processo de produção dirigido à geração de modos de existências, ou seja, modos de agir, de sentir, de dizer o mundo” (p. 358). Para a autora, é analisar um processo de produção que tem a si mesmo, o sujeito, como produto, ou seja, o termo subjetividade está diretamente relacionado às experiências que o sujeito faz de si mesmo. O sujeito, por sua vez, é compreendido por Foucault (1995) como uma fabricação, como uma construção realizada historicamente pelas práticas discursivas, no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história enquanto os processos de subjetivação são analisados, por Fischer (2002, on-line), como históricos e que, portanto, “devem ser vistos em sua ampla diversidade, nos modos de existência que produzem, conforme a época e o tipo de formação social que estejam sendo considerados”. Assim, toda experiência que concretiza uma subjetividade envolve modos históricos de se fazer a experiência do si, o que caracteriza a subjetivação.

Após essa diferenciação, é possível afirmar que a mídia opera, conforme Fischer (2002, on-line), na constituição de sujeitos e subjetivações na sociedade contemporânea, “na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem”.

*Entendo que a televisão é parte integrante e fundamental de complexos processos de veiculação e de produção de significações, de sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo, de se relacionar com a vida (Fischer, 2002, on-line).*

É justamente na acepção de promover modos de existência e processos de subjetivação que o conceito de dispositivo se torna importante para este trabalho. Compreende-se que as subjetivações em torno de gênero e sexualidade foram produzidas por *Liberdade de Gênero* a partir de estratégias discursivas empregadas pelo programa da TV para abordar o assunto.

Em uma análise sobre a televisão, é reconhecido que ela conquistou o direito regulamentar para proferir discursos depois de adquirir as competências e os critérios necessários de produção. Além disso, definiu seu funcionamento diante da sociedade e agencia discursos ao delimitar, classificar, ordenar e distribuir conteúdos. A fala dos meios de comunicação não vem, no entanto, de quem quer que seja. O valor, eficácia, poderes e, de maneira geral, existência enquanto fala oficial não são dissociáveis da instituição mídia, definida por status, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder. Dentro dessa perspectiva, a ordem discursiva da mídia representa o elo entre a identidade da empresa, a identidade do conteúdo e o consumidor.

Essa articulação está presente na ordem discursiva do GNT, canal que foi criado em 1991 com foco em notícias. Em 2003, um novo posicionamento orientou seu foco para os assuntos de interesse do universo mais ligado ao que se considera no senso comum como feminino. Com uma programação que oferece entretenimento e informação, são explorados temas como comportamento, gastronomia, moda, sexo em produtos como séries, documentários, filmes e programas. O GNT é um canal historicamente ligado à figura da “mulher cis, ocidental, branca, magra, jovem, que se interessa por moda, culinária e qualidade de vida, que é mãe e profissional bem-sucedida” (Gutmann; Chamusca, 2019). De acordo com as autoras, diante da agenda feminista midiática, o canal tem criado pautas sobre combate à desigualdade de gênero, mas as rupturas são muito pequenas porque outras mulheres não ocupam um lugar hegemônico na constituição da identidade do canal.

Apesar disso, é o GNT, entre as opções do Globosat, programadora de TV do Grupo Globo, que tem uma

ordem discursiva centrada em uma abordagem progressista de temas sociais, não apenas por afinidade, mas também por uma estratégia de marca, por isso o GNT tornou-se o espaço em que seria possível operar a tecnologia de gênero com uma ideia de desconstrução. Esse movimento se deu a partir do discurso do *Liberdade de Gênero*.

Em Foucault (2007), compreende-se discurso como uma rede de enunciados e de relações que tornam possível o sentido. O autor define o termo como conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação. Para Foucault, quando se tem a instauração de discursos que rompem com uma lógica dominante, há a formação de um acontecimento discursivo. Ao promover ruptura com outros discursos, ele instaura sempre um fenômeno discursivo inédito (Foucault, 2007). Com isso, não se quer dizer que há um discurso original. Para o autor, não existem enunciados que não suponham outros. Não há nenhum que não tenha em torno de si, um campo de coexistências. Para chegar à TV, esses discursos passaram, antes, pelos estudos acadêmicos e também por outras mídias, como o cinema, por exemplo.

No entanto, o acontecimento discursivo é da ordem da descontinuidade. Com ele, são ensejados deslocamentos enunciativos, autorizados em alguns casos pelas instâncias de poder. No caso do *Liberdade de Gênero*, por exemplo, há a formação de discursos sobre gênero e sexualidade que rompem com o discurso padrão vigente na TV e essa enunciação é validada pelo GNT. Como os processos pelos quais a identidade dos sujeitos se constrói se dão no interior da linguagem e do discurso, este artigo analisa o discurso do *Liberdade de Gênero* e a formação de um acontecimento discursivo ligado à gênero e sexualidade no GNT para apontar as subjetivações promovidas a partir da recorrência de enunciados novos na mídia em torno da questão.

## **A formação de um acontecimento discursivo no programa e o estabelecimento de processos de subjetivação ligados a gênero**

Neste estudo, a partir da análise do discurso do programa, com as entrevistas realizadas, observou-se que o acontecimento discursivo, estabelecido pelo *Liberdade de Gênero*, é gerado a partir da recorrência, especialmente, da ordem de quatro tipos de enunciados. Assim, os principais *topoi* discursivos apresentados são: 1) Educação para gênero e sexualidade; 2) Afeto como

condutor das narrativas de aceitação; 3) Novas configurações profissionais para pessoas trans e 4) Abordagem de procedimentos cirúrgicos e farmacoterápicos.

## Educação para gênero e sexualidade

Um dos enunciados recorrentes no discurso do *Liberdade de Gênero* está relacionado ao interesse em promover uma educação para gênero e sexualidade. Ao longo das edições do programa, foi produzida uma espécie de glossário em que se explicam termos relacionados ao tema e também são apresentadas informações que ajudam as pessoas a pensarem sobre a condição de quem não se identifica com o gênero ao qual foi designado ao nascer ou que rompem com o binarismo masculino e feminino. Assim, o programa não apresenta uma cartilha do que é correto pensar sobre gênero. Ele mostra os entendimentos que existem.

Acompanhando as discussões atuais sobre a temática, pessoas cis são apresentadas no *Liberdade de Gênero* como aquelas que se definem como homem ou mulher e se identificam com a constituição biológica que nasceu.

Ao partir para transgeneridade, transexuais são mostradas como pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino ou feminino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero oposto. As travestis são pessoas que ao nascerem foram identificadas como do gênero masculino, mas que se identificam e se expressam como do gênero feminino, mas não se reivindicam como mulheres da forma com que o ser mulher está construído em nossa sociedade.

O programa revela também que as pessoas transexuais podem ainda ser binárias ou não-binárias. As binárias se reconhecem como homens ou mulheres e as não-binárias não se limitam às definições de masculino ou feminino.

Na primeira temporada, afirmam-se como mulheres e homens transexuais: Amanda, Erick, Carol Marra, Glamour Garcia, Sillvio Lúcio, Dani, Anderson, Helena, Patrick e Bárbara. Na segunda, além dos sete homens trans do time de futebol, há: Lara, Luca, Jordhan, Alicia Kruger, Giowana Cambrone, Athos Souza, Maitê e Mel. Dos 34 personagens entrevistados durante a exibição do programa, 18 se viam como transexuais.

As primeiras discussões sobre gênero surgiram, especialmente, a partir da década de 60 com o avanço do movimento feminista. O conceito de gênero passou a ser usado para se referir ao papel social e cultural do sexo, que ainda era compreendido sob a perspectiva biológica e natu-

ral, funcionando como determinante do gênero. Ou seja, “o sexo era a verdade da natureza, como muitos ainda pensam no âmbito do senso comum” (Tiburi, 2016, p. 10). A ordem sexo/gênero era vista de modo natural. Nascer com pênis ou vagina determinava o gênero masculino ou feminino com o qual os sujeitos eram identificados, respectivamente.

A contraposição a esse entendimento já havia sido levantada por Simone de Beauvoir no final dos anos 40, antes mesmo dos anos 60, com a famosa frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com essa frase, há uma ruptura na determinação dos gêneros a partir do sexo. Essas ideias constituem pilares que ajudaram a se compreender gênero e sexualidade como entendemos hoje em dia.

Os estudos de Michel Foucault (2009) trazem outra perspectiva ao explicar o sexo como uma produção do discurso. Para o filósofo, sexualidade e sexo não seriam verdades em suas essências, mas construções históricas. Ele influencia os estudos de gênero, especialmente com a teoria *queer*, que ganhou corpo a partir dos anos 80.

As ideias de Judith Butler, nos anos 90, com o lançamento de *Problemas de Gênero*, seguem a linha foucaultiana, rompendo com a ideia da naturalidade do sexo e do gênero, instituindo a questão para uma perspectiva discursiva. Ela considera que gênero não é algo que somos, assim como Beauvoir escreveu, mas algo que fazemos. Não é algo que se “deduz” de um corpo. Butler propõe pensar o gênero como algo fluido, socialmente construído, performado, como um “efeito”.

Não são naturais nem gênero nem sexo. Em vez disso, é a própria nomeação de um corpo, sua designação com macho ou como fêmea, como masculino ou feminino, que “faz” esse corpo. Butler se afasta da ideia de que sexo, gênero e sexualidade existem numa relação necessariamente mútua.

A noção de sexo biológico que a produção televisiva propaga reverbera o discurso veiculado, inclusive, pelas organizações LGBTQIAP+ em seus materiais informativos sobre o modo como discurso de gênero pode ser abordado (REIS, 2018). Um olhar sobre esse material em conjunto com publicações governamentais que também visam esclarecer sobre o assunto (Diversidade, 2018; Direitos, 2014) mostra que o discurso de alguns entrevistados não difere em sua essência daquele presente nos movimentos sociais. Há a defesa do sexo biológico como ligado às informações que são apreendidas de um corpo físico. Com os outros 16 personagens transexuais binários, percebemos esse mesmo movimento de não se ver naquele corpo e da necessidade de mudança.

A superação da dualidade sexo masculino e femi-

nino aparece nos estudos de Butler (2016), que ressalta a performatividade do gênero. A partir dessa noção, de acordo com a autora, sexo/gênero precisam ser entendidos a partir de uma perspectiva não natural, mas cultural. Assim, ela aponta como a heterossexualidade obrigatória e reprodutora materializou nos corpos modos de ser masculinos e femininos. E, com isso, não se quer dizer que as pessoas ligadas ao binarismo estão erradas. São fruto justamente dessas tecnologias de gênero que engendraram seus modos de ser. Há, entretanto, possibilidades de subversão a esse modelo, as que produzem descontinuidades e dissonâncias em relação a sexo, gênero e desejo. Em *Liberdade de Gênero*, esse movimento se dá ao falar de travestis e pessoas não-binárias.

Apenas três personagens, ao longo das duas temporadas, se reconhecem como travestis: Márcia, na primeira temporada, e Lynn e Amara Moira, na segunda. As três personagens afirmam se identificar com o corpo que nasceram, mas tensionam a obrigatoriedade de, a partir daquele corpo, ter que performar a identidade de gênero masculina. Lynn (2017), no entanto, diz:

*Eu digo que eu não sou nem homem nem mulher. Entre ser homem e ser mulher, eu prefiro ser eu. Eu sou um corpo negro, que tem um pau, que pensa a partir da dúvida que é feminino que canta, mulher que grita, que também é frágil.*

Outras duas personagens reivindicam o direito de serem elas: Leticia Lanz (primeira temporada) e Luiza (segunda temporada). “Eu não nasci em um corpo errado. Eu nasci na sociedade errada. Meu corpo tá certo [...] Eu não me incluo nem como homem, nem como mulher, nem como trans. Eu sou Letícia Lanz, uma construção de mim mesma” (Lanz, 2016). Luiza, no ano seguinte, diz: “A Luiza existe. Eu existo. [...] Passei muito tempo sem pensar que eu existia” (Luiza, 2017). A partir delas, observa-se um rompimento com a dicotomia de gênero e uma luta para que elas possam ser elas mesmas, independentemente dos rótulos sociais.

Com a apresentação de personagens não binárias, o *Liberdade de Gênero* potencializa o discurso em relação ao entendimento do que é gênero. Liniker, June, Jesse, Benett, Wallace e Oliver, na primeira temporada, falam sobre transexuais não binárias. Na segunda, o assunto é abordado a partir de Nic e Pri Bertucci.

“Eu sou uma bicha preta. O liniker, a Liniker tem o gênero fluido. Pode ser só Liniker” (Liniker, 2016). A partir desse depoimento, percebe-se que os corpos dos

entrevistados não se reconhecem mais como homens ou mulheres, mas podem reivindicar os gêneros que quiserem. Alguns demonstram, inclusive, domínio de teorias relacionadas a gênero. Leticia Lanz (2016), na primeira temporada, afirma: “O dispositivo binário de gênero que normatiza o comportamento das pessoas. Ela transforma o doente em delinquente. Não sou doente, nem delinquente. Eu sou gente”. Essa noção vai ao encontro dos postulados de Preciado (2014a, 2014b), que desenvolve os conceitos de contrassexualidade e sexopolítica como recursos que rompem com a ordem de opressão e sujeição dos corpos. Para Paul B. Preciado (2014a), as práticas contrassexuais devem ser compreendidas como tecnologias de resistência e como forma de contradisciplina sexual. A sexopolítica, por sua vez, seria uma forma de ação biopolítica que passa a ser dominante no capitalismo contemporâneo, especialmente a partir ou após 1950, com a ruptura do regime disciplinar do sexo. A sexopolítica “dobra” a própria noção de biopolítica foucaultiana, compreendendo os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, como o que existe para romper os padrões, diferente da biopolítica, que está ligada a esses padrões (Rosa, 2016). Trata de corpos que efetuam a profanação da monotonia das conexões binárias e de uma suposta correspondência entre sexo, gênero e orientação sexual (Preciado, 2014b).

Ao pautar múltiplas possibilidades de identidade de gênero, especialmente a partir do não binarismo, o programa desconstrói entendimentos do senso comum e contribui para o conhecimento do público, que se cerca de acepções pouco vistas na mídia em geral.

## Afeto como condutor das narrativas de aceitação

Além de abordar a identidade de gênero a partir de múltiplas perspectivas, o *Liberdade de Gênero* foge da abordagem recorrente na mídia ao pautar a transgeneridade. Em vez de explorar o exótico, o grotesco, o engraçado, a narrativa do programa é construída a partir do afeto. As histórias dos entrevistados são narradas com a participação de parentes e amigos. Eles falam sobre a experiência de lidar com a transgeneridade na própria família, os desafios de entender a questão e mostram como deram apoio emocional.

O episódio sobre a vida de Wallace, exibido no dia 16 de novembro de 2016, traz um importante exemplo. Em um depoimento emocionado, ela diz:

*Eu, um dia, perguntei para ela [a mãe] que presente ela gostaria de ganhar, qual o seu maior*

*presente. E aí ela falou: 'eu já tô feliz, tô aqui com você, tô com você conversando, tô tomando cerveja'. No dia seguinte, ela foi embora e aí ela deixou um bilhete com as calcinhas e falava: 'eu ganhei o meu maior presente que era o seu sorriso, você tá feliz e é isso que eu quero' (Wallace, 2016).*

No país que mais mata transexuais no mundo (Sudré, 2019), ter acolhimento em casa é uma grande conquista para uma pessoa trans. Os depoimentos de Wallace mostra o impacto desse apoio familiar na vida dela.

Embora recorra ao discurso de respeito e aceitação das famílias, o *Liberdade de Gênero* também investe em entrevistas que mostram a dificuldade de algumas mães diante do processo. A mãe de Márcia, no oitavo episódio da primeira temporada, exibido no dia 7 de dezembro de 2016, explica a dificuldade que teve em entender, por exemplo. A mãe de Lynn, na segunda temporada, também fala sobre a dificuldade que teve em entender.

É interessante esse movimento da série ao retratar esses casos porque não se cria uma ideia ilusória de que as famílias sempre aceitam, de que é fácil para as pessoas trans. Ao mostrar a dificuldade que alguns familiares têm, o programa humaniza a situação e revela a dificuldade que ainda é muito comum nos núcleos familiares.

Outra estratégia usada é colocar os entrevistados em diálogos com os seus pais. É o que é possível ver no episódio sobre Nic, de 22 anos, no quarto episódio da segunda temporada, exibido em 23 de outubro de 2017.

*Nic: Aí teve um dia que eu coloquei uma roupa e tava muito masculina. Chega meu pai, ele me olhou, aí eu pensei: 'eita, ele vai falar alguma coisa'. Aí ele olhou e falou assim: 'você tá muito bonita'. Aí eu fiquei: 'ai...'. Pra mim, foi como se ele tivesse dito: 'não tem problema'. Aí eu peguei meu celular e mandei para o grupo da família: 'gente, olha só, seguinte, eu sou trans'. Aí meu pai falou: 'a gente já sabia'.*

[...]

*Ricardo: Cara, assim, importância zero. A pessoa pode ter a liberdade que quiser. Não tá cometendo crime. Não tá fazendo mal a ninguém. Tá querendo viver e ter uma vida que tenha amor e felicidade (Nic, 2017).*

A ruptura com discursos em outras produções televisivas é promovida no *Liberdade de Gênero* com o

uso das relações afetivas que as pessoas trans do programa têm com seus parceiros e parceiras, pais, mães, filhos e filhas, além de amigos. Afasta-se da excentricidade ou do mero discurso de não aceitação para o discurso que mostra a dificuldade que é para a pessoa trans, para os parentes, mas que é possível superar. Ao mostrar essas histórias, subjetivações relacionadas a como lidar com o tema são geradas à medida que se tem a possibilidade de refletir sobre a condição trans e sobre o enfrentamento da questão nos núcleos familiares e no convívio com os amigos.

## Novas configurações profissionais para pessoas trans

Muitas vezes, como única opção de sobrevivência, pessoas transgêneras se prostituem. A falta de oportunidades, as dificuldades que encontram para ter uma formação e as difíceis condições que encontram ao se reconhecerem trans são alguns motivos que levam, especialmente mulheres transgêneras e travestis, a venderem seu corpo. É importante destacar que, neste trabalho, não existe preconceito algum com a profissão. O problema é criado quando ela se torna uma obrigatoriedade.

*Liberdade de Gênero* entrevista muitas pessoas trans da classe média. A única pessoa que se apresenta como moradora da favela é a cantora e atriz Lynn da Quebrada. Essa é uma lacuna presente na série documental. Ao focar o olhar bastante na classe média, o programa perde de analisar o fenômeno da transgeneridade em classes com menos poder aquisitivo. Nota-se na produção uma dedicação maior para pessoas com mais recursos e com mais acesso à informação e escolaridade.

Essa decisão do programa traz entrevistados ocupando diversos postos de trabalho. No campo da comunicação e das artes, por exemplo, Amanda atua como youtuber, mas há as cantoras Liniker e Lynn da Quebrada, as atrizes Glamour Garcia, Carol Marra, o modelo Athos, o publicitário Luca.

Também são mostradas pessoas trans em outros campos de atuação. Leticia Lanz é psicanalista e escritora. Márcia é uma advogada paulista bem-sucedida e nascida em família muito rica. Lara é estudante de Medicina. Giowana é advogada. Pri Bertucci é empreendedora. Alicia Kruger é farmacêutica e trabalha no Ministério da Saúde. Há também um guarda (Jordhan), um funcionário de prefeitura (Sillvio Lúcio).

Com essa descrição, é perceptível a variedade de ocupações que os entrevistados do programa têm. Fugindo do principal estereótipo, de trans prostitutas,

as únicas que atuaram com prostituição e não atuam mais foram: Glamour Garcia e Amara Moira.

Glamour lembra emocionada, no quarto episódio da primeira temporada, os tempos em que precisou se prostituir e os desafios que enfrentou na rua. Amara atuou como prostituta de 2014 a 2016. Ela foi para as ruas como uma experiência e não por necessidade. A partir dessa vivência escreveu o livro *E se eu fosse puta*. Defende a descriminalização da prostituição e atua como professora de Literatura em um cursinho. Ela é doutora em Literatura.

É muito importante a decisão do programa em abordar a transgeneridade a partir de pessoas que exercem diversas funções na sociedade. Isso contribui para romper com a visão de que pessoas trans são exclusivamente profissionais do sexo e leva para a audiência a noção de que é preciso ter mais espaço em múltiplos segmentos da sociedade.

## Abordagem de procedimentos cirúrgicos e farmacoterápicos;

Uma questão que também é bastante importante para muitas pessoas transgêneras está associada ao processo de hormonização e redesignação sexual. O *Liberdade de Gênero*, ao abordar o assunto, foge da exploração debochada dos corpos trans ou do exotismo das intervenções. Em vez disso, ressalta a importância dos procedimentos para afirmação da identidade de gênero dos entrevistados.

No primeiro episódio, Amanda, a mesma que, como mostramos anteriormente, não se reconhecia no corpo que nasceu, explicou detalhes sobre o procedimento cirúrgico pelo qual suas características sexuais/genitais de nascença foram mudadas para aquelas socialmente associadas ao gênero que ela se reconhecia. “Eu preferia morrer do que continuar daquele jeito. Eu me olhava. Eu olhava pra baixo e nossa. Como é que eu vou esconder, como é que eu vou fazer sexo com uma pessoa tendo aquilo ali?” (Amanda, 2016). Então, ela passa a falar sobre o procedimento cirúrgico e um trecho de um vídeo dela no canal do youtube é exibido.

*Cara, eu tenho uma pepeca e eu caí no choro. Comecei a chorar porque foi o momento mais mágico da minha vida. Então se o médico ver que você já tá preparada para a dilatação, começa a introduzir este objeto (mostrando um dildo). Durante os primeiros seis meses, é todo dia duas vezes ao dia que a gente tem que introduzir o dildo lá dentro pra vagina não ficar com uma profundidade tão pequena na hora de pimbar [transar] (Amanda, 2016).*

Depois, ela fala sobre a primeira vez que fez sexo e como sente prazer. Leticia Lanz fala sobre a terapia hormonal e como, a partir dela, ganhou seios e transformou seu corpo. Movimento acompanhado por Erick que mostrou como sua voz mudou, a barba nasceu. “Ser eu mesmo já não é nenhum pecado. Espelho já não vai rir de mim” (Erick, 2016). Com frases como essas, fica evidente como os procedimentos cirúrgicos e farmacoterápicos são importantes para a vida de algumas pessoas trans. É com Erick que se tem conhecimento sobre o procedimento de reconstrução de tórax, tão importante para homens trans que não querem manter os seios.

O fato é que o uso de hormônios por pessoas trans rompe com uma tradição da medicina que, por anos, fizeram uso dessas substâncias para tratar o homossexualismo, grafado dessa forma, entendido como doença na época, por exemplo. Ao se apropriarem do uso de tais elementos, as pessoas trans ressignificam o tratamento que agora serve para afirmação da identidade de gênero de escolha de quem usa os hormônios. É como Preciado (2014b) sugere ao falar sobre o novo sujeito sexual farmacopornográfico que, de acordo com ele, mantém e alimenta o farmacopoder. Lembrando o mecanismo disciplinar de controle do panóptico, seria como se agora esse fosse comestível e estivesse operando de dentro do sujeito e por ele próprio.

No entanto, nem todos consideram esses processos essenciais. Luiza, do primeiro episódio da segunda temporada, por exemplo, ao afirmar que só queria poder ser ela mesma, fala que não tem que colocar peito, fazer unhas ou ter uma vagina. Nic, do terceiro episódio da segunda temporada, também diz que não quis fazer tratamento hormonal porque não acha que precisa de hormônios ou cirurgias para ser ela. Lynn da Quebrada, no segundo episódio da segunda temporada, não fez nenhum procedimento, mas compreende que: “Se você aprende que seu corpo é errado, que seus desejos são errados, você tenta reconstruir isso” (Lynn, 2017). Com essas palavras, a cantora valoriza as pessoas que passam pelas transformações hormonais ou cirúrgicas. Depois, ela continua pensando a questão e canta um trecho de uma música sua que diz: “Tem homem de xoxota/ Tem mulher de pau”. Esse discurso contribui para novos entendimentos sobre gênero ao desvincular a questão do sexo biológico e, assim, afirmar a liberdade de gênero.

O programa, dessa forma, apresenta as diversas possibilidades de se lidar com procedimentos de redesignação sexual e terapias hormonais, que atuam como dispositivos de produção de subjetividades na vida das pessoas que fazem uso deles. Existem os que precisam para

firmar a sua identidade de gênero e os que não precisam modificar o seu corpo para definir sua identidade de gênero e isso é esclarecido para o público do programa.

## Considerações Finais

As recorrências de enunciados desvinculados dos que circulam pela mídia televisiva no *Liberdade de Gênero* foram analisadas, neste trabalho, a partir de quatro conjuntos de enunciações que promoveram um acontecimento discursivo na TV. Na observação desse fenômeno, foi possível perceber como o programa conduz o discurso de forma a atender como as próprias pessoas transgêneras se sentem diante de sua condição. Nesse aspecto, observa-se como muitos entrevistados reproduzem discursos que circulam pela comunidade LGBTQIA+, nos guias educativos, por exemplo, e como outros discutem a questão a partir de estudos acadêmicos, principalmente, pensando os postulados da teoria *queer*, mesmo que sem nomear os autores. Considerando essas visões, o programa produz uma descontinuidade com os enunciados sobre a questão presentes na televisão.

Enquanto tecnologia de gênero, o *Liberdade de Gênero* cumpre o papel discutido por Lauretis (1994) quando mostra que a construção de gênero também se faz a partir de sua desconstrução. O programa o tempo inteiro atua afirmando o que é gênero e mostrando também suas rupturas, desvios. Promove um discurso disruptivo para desconstruir tabus e criar novas significações diante da transgeneridade.

Diante dos poucos programas que discutem o assunto, o programa desponta como um importante dispositivo que estabelece processos de subjetivação mais ligados à garantia das liberdades de gênero. Este artigo se propôs a contribuir com os estudos sobre mídia, gênero e sexualidade e espera abrir caminho para novas problematizações em torno da temática. É também uma forma de valorizar esse tipo de conteúdo midiático e estimular a continuidade de produções que abordem o assunto a partir de pontos de vista que contribuam para reparação e promoção dos direitos das pessoas trans.

Faltou ao programa explorar o universo da transexualidade a partir de pessoas mais vulneráveis socialmente. Trazer para as edições histórias de pessoas transgêneras com pouco acesso à educação e a recursos financeiros. Também é importante destacar que o programa produz um acontecimento discursivo em um canal que apoia temas ligados à diversidade social e que está disponível apenas para assinantes de TV paga, que no Brasil, em

comparação com os canais abertos, constituem um número muito pequeno. A perspectiva é que a transgeneridade possa ser abordada com protagonismo em outras produções televisivas em canais pagos e abertos de forma que mais consumidores tenham a possibilidade de ver os conteúdos e construir, assim, subjetividades que reconheçam e garantam os direitos das pessoas trans.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. 92 p.
- AMANDA. In: GNT. *Liberdade de Gênero* [Amanda]. Rio de Janeiro: GNT, 19 out. 2016. Programa de TV.
- AZEREDO, Beatriz. *Iniciativas de responsabilidade social da Globo aplicadas em telenovelas*. São Paulo, VI Encontro Obitel Brasil, 6 dez. 2017. Anotação de palestra.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que é un dispositivo? In: DELEUZE, Gilles. Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.
- DIREITOS iguais nas diferenças: cartilha da diversidade de gênero. Rio grande do sul: Secretaria de Políticas para as mulheres. 2014.
- DIVERSIDADE sexual e cidadania LGBT. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. 3a ed. São Paulo: SJDC/SP, 2018.
- ERICK. In: GNT. *Liberdade de Gênero* [Erick]. Rio de Janeiro: GNT, 2 nov. 2016. Programa de TV.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 28, n. 1, jan/jun, 2002. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022002000100011&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022002000100011&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

- GNT. Liberdade de Gênero. Disponível em: <[gnt.globo.com/programas/liberdade-de-genero/sobre](http://gnt.globo.com/programas/liberdade-de-genero/sobre)>. Acesso em: 10 mai. 2020.
- GUTMANN, Juliana Freire; CHAMUSCA, Tess. JUNTAS E MISTURADAS NO GNT? Performance televisiva, feminilidades e identidade de marca sob tensão. *Com-pós*, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos\\_arquivo\\_28Y2IKR\\_LTGR3JJP6YIWE\\_28\\_7700\\_21\\_02\\_2019\\_08\\_34\\_34.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_28Y2IKR_LTGR3JJP6YIWE_28_7700_21_02_2019_08_34_34.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- HARTMANN, Jeniffer Morel. *Identidades trans em pauta: Representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo*. 70 f. Monografia (Curso de Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30402937.pdf>>. Acesso em: 6 mai. 2020.
- LANZ. In: GNT. Liberdade de Gênero [Leticia]. Rio de Janeiro: GNT, 26 out. 2016. Programa de TV.
- LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LINIKER. In: GNT. Liberdade de Gênero [Não binários]. Rio de Janeiro: GNT, 9 nov. 2016. Programa de TV.
- LUIZA. In: GNT. Liberdade de Gênero [Luiza]. Rio de Janeiro: GNT, 2 out. 2017. Programa de TV.
- LYNN. In: GNT. Liberdade de Gênero [Lynn]. Rio de Janeiro: GNT, 16 out. 2017. Programa de TV.
- MÍDIA DADOS BRASIL, 2018. 50 anos Grupo de Mídia São Paulo. São Paulo: Grupo de Porto Palavra, 2018.
- NIC. In: GNT. Liberdade de Gênero [Nic e Jordhan]. Rio de Janeiro: GNT, 23 out. 2017. Programa de TV.
- OLIVEIRA, Ana Beatriz Caldas. *Viver e morrer travesti no jornalismo policial: uma análise da desconstrução da identidade trans em portais paraibanos*. 104 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15012/1/Arquivototal.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2020.
- PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014a.
- PRECIADO, Beatriz. Historia de la tecnossexualidad. In: \_\_\_\_\_. *Yonqui: sexo, drogas y biopolítica*. Buenos Aires: Paidós, 2014b.
- REIS, Toni (org.). *Manual de comunicação LGBTI+*. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/Gay Latino, 2018. Disponível em <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- RIBEIRO, I. R. *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*. São Paulo: GLS, 2010.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. *A nova retórica do capital: a publicidade em tempos neoliberais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- ROSA, Susel Oliveira da. Entre a biopolítica e a sexopolítica. In: RESENDE, Haroldo de. (org.). *Michel Foucault: política – pensamento e ação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- SACCHITIELLO, Bárbara. TV Paga perde 1,7 milhão de assinantes em 2019. *Meio & Mensagem*, Mídia, 4 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2020/02/04/tv-paga-perde-17-milhao-de-assinantes-em-2019.html>>. Acesso em 15 mai. 2020.
- SUDRÉ, Lu. Em 2019, 124 pessoas trans foram assassinadas no Brasil. *Brasil de Fato*, Direitos Humanos, 29 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/29/em-2019-124-pessoas-trans-foram-assassinadas-no-brasil>>. Acesso em: 6 mai. 2020.
- TEDESCO, Silvia. As práticas do dizer e os processos de subjetivação. *Interação em Psicologia*, Paraná, v. 10, n. 2, p. 352-362, jul./dez, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7694/5486>>. Acesso em: 16 nov. 2020.
- TIBURI, Marcia. *Judith Butler: feminismo como provocação*. Cult, São Paulo, ano 19, jan. 2016. p. 8-11.
- WALLACE. In: GNT. Liberdade de Gênero [Wallace]. Rio de Janeiro: GNT, 16 nov. 2016. Programa de TV.